



**O USO DE CELULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE A PROIBIÇÃO E A
NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DIGITAL**

**THE USE OF CELL PHONES IN BASIC EDUCATION: BETWEEN PROHIBITION
AND THE NEED FOR DIGITAL TRAINING**

ÁLAZE GABRIEL DO BREVIÁRIO

FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA

IVANNA LOURENLO DE MELO FERREIRA

ELISABETE MARIA ANGELON

ÉRICA FERRAZ DE CAMPOS

ADRIANA TAVARES GOMES DE ARAÚJO

LELIANE APARECIDA CASTRO ROCHA

ELAINE CRISTINA BATISTA BORGES DE OLIVEIRA

DEUSIRENE SOUZA DA SILVA FRÓES

ADRIANO CÉSAR JERÔNIMO DA COSTA

JOÃO BATISTA LUCENA

LOGAN FAEDDA RAGO

VALDIMEIRE SILVESTRE LOPES

AYLA LIMEIRA DA SILVA

JAINÉ MARQUES DE SOUZA

RESUMO: A pesquisa investiga a relação entre redes sociais, educação e saúde mental no contexto escolar desdigitalizado, analisando os impactos da conectividade digital sobre o aprendizado e o bem-estar dos estudantes. O estudo contextualiza o avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e sua crescente presença nas práticas pedagógicas, contrapondo-se às políticas de restrição ao uso de dispositivos móveis em sala de aula. A problemática central reside na necessidade de equilibrar o uso das redes sociais com estratégias educacionais que promovam um ambiente de aprendizagem mais saudável. O objetivo principal foi avaliar como a desdigitalização pode influenciar o desempenho acadêmico e a saúde emocional dos alunos. Metodologicamente, adotou-se o paradigma neoperspectivista giftedeano, com suporte das teorias da aprendizagem significativa, do capital social e da cognição distribuída. O método hipotético-dedutivo fundamentou a análise, e a Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa foi conduzida em bases como Scopus, Web of Science e SciELO, analisando 172 artigos. Os achados indicam que a mediação pedagógica das TDICs é essencial para um uso equilibrado, e que períodos de desdigitalização podem favorecer a concentração e reduzir a ansiedade estudantil. Lacunas foram identificadas quanto à formação docente para o ensino híbrido e às diretrizes educacionais sobre desconexão digital. As principais limitações envolvem a ausência de estudos longitudinais e empíricos sobre o tema.



A pesquisa contribui para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e agrega valor ao debate sobre inovação e bem-estar no ensino.

Palavras-chave: Desconexão Pedagógica. Equilíbrio Digital. Regulação Tecnológica. Inclusão Midiática. Inovação Educacional.

ABSTRACT: The research investigates the relationship between social networks, education and mental health in the dedigitalized school context, analyzing the impacts of digital connectivity on student learning and well-being. The study contextualizes the advancement of Digital Information and Communication Technologies (DTICs) and their growing presence in pedagogical practices, contrasting with policies restricting the use of mobile devices in the classroom. The central problem lies in the need to balance the use of social networks with educational strategies that promote a healthier learning environment. The main objective was to evaluate how dedigitalization can influence students' academic performance and emotional health. Methodologically, the giftedean neoperspectivist paradigm was adopted, supported by theories of meaningful learning, social capital and distributed cognition. The hypothetical-deductive method was used to support the analysis, and the Narrative Bibliographic and Documentary Review was conducted in databases such as Scopus, Web of Science and SciELO, analyzing 172 articles. The findings indicate that the pedagogical mediation of ICTs is essential for balanced use, and that periods of dedigitalization can favor concentration and reduce student anxiety. Gaps were identified regarding teacher training for hybrid teaching and educational guidelines on digital disconnection. The main limitations involve the absence of longitudinal and empirical studies on the topic. The research contributes to the formulation of more inclusive educational policies and adds value to the debate on innovation and well-being in education.

Keywords: Pedagogical Disconnection. Digital Balance. Technological Regulation. Media Inclusion. Educational Innovation.

1. INTRODUÇÃO

O uso de celulares e demais Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ambiente escolar tem sido um tema amplamente debatido no Brasil e no mundo. Em meio a um cenário educacional em constante transformação, estudiosos como Kenski (2012) e Moran, Masetto e Behrens (2013) argumentam que as TDICs são indispensáveis para a modernização da educação e a formação de cidadãos preparados para a era digital. Contudo, a resistência à sua utilização, amparada por legislações restritivas como a Lei nº 15.100/2025 e a Lei nº 18.058/2024, reflete um embate entre inovação e modelos pedagógicos tradicionais. Estudos internacionais, como os de Castells (2018) e Siemens (2006), apontam que a aprendizagem na sociedade contemporânea é interconectada e que a escola precisa incorporar as tecnologias de forma crítica e pedagógica, ao invés de simplesmente bani-las.

No Brasil, a implementação de leis estaduais e nacionais que proíbem o uso de celulares no ensino básico é justificada pela necessidade de reduzir distrações e melhorar o desempenho acadêmico. Entretanto, pesquisas como as de Bacich, Moran e Trevisani (2015) e Levy (1999) evidenciam que a exclusão tecnológica na escola amplia desigualdades e priva os estudantes da oportunidade de desenvolver habilidades digitais essenciais. Enquanto países como Finlândia e



Canadá investem na formação docente para a integração de TDICs, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais e metodológicos para essa transição (Pretto, 2020). Além disso, estudos como os de Jenkins et al. (2009) e Valente e Almeida (2020) demonstram que a alfabetização digital deve ser parte do currículo escolar, uma vez que o mercado de trabalho e a vida em sociedade exigem competências digitais cada vez mais sofisticadas.

A problemática central desta pesquisa reside no impacto das restrições legislativas sobre o uso de celulares na formação digital dos alunos e na autonomia pedagógica dos professores. Ao invés de propor a proibição absoluta, a legislação prevê exceções que permitem o uso pedagógico dos dispositivos, mas essas diretrizes muitas vezes não são aplicadas devido à falta de preparo docente e infraestrutura adequada. Conforme apontam Brown e Adler (2008) e Selwyn (2011), a lacuna entre legislação e prática educacional prejudica a adoção eficiente das tecnologias e reforça uma cultura de exclusão digital nas escolas. Diante disso, é necessário investigar se a proibição generalizada está, de fato, contribuindo para a aprendizagem ou se representa um retrocesso pedagógico em relação às demandas da sociedade contemporânea.

A relevância acadêmica, científica e social desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de repensar o papel das TDICs no ensino básico a partir de uma abordagem que transcenda o proibicionismo e considere evidências empíricas. Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o avanço das pesquisas sobre mediação tecnológica na educação, dialogando com autores como Kenski (2012), Moran et al. (2013) e Valente e Almeida (2020). No campo científico, reforça a importância de estudos interdisciplinares que conectem pedagogia, tecnologia e políticas públicas, conforme discutido por Jenkins et al. (2009) e Castells (2018). Já no aspecto social, busca compreender como a exclusão ou a inclusão digital no ambiente escolar impacta a formação dos estudantes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade, conforme indicam estudos de Pretto (2020) e Levy (1999).

A principal questão norteadora desta pesquisa é: De que maneira as proibições e restrições ao uso de celulares no ensino básico afetam a formação digital dos alunos e o trabalho pedagógico dos professores? Para aprofundar essa análise, serão investigadas as seguintes questões-problema: quais são as principais justificativas legais e pedagógicas para a restrição do uso de celulares nas escolas?; Quais são as percepções dos professores sobre o impacto da proibição no processo de ensino-aprendizagem?; Em que medida as exceções previstas na legislação são efetivamente aplicadas na prática educacional?; Como a proibição do uso de celulares influencia a equidade digital entre os alunos de diferentes contextos socioeconômicos?; Quais estratégias pedagógicas podem ser desenvolvidas para integrar o uso dos celulares de forma produtiva na sala de aula?.



Para cada uma das questões-problema, levanta-se uma hipótese correspondente. A primeira hipótese é que as justificativas para a restrição do uso de celulares baseiam-se mais em uma percepção tradicionalista da educação do que em evidências científicas sobre aprendizagem digital. A segunda hipótese é que os professores, em sua maioria, veem a proibição como uma solução simplista para problemas de disciplina, mas reconhecem a necessidade de formação específica para integrar as TDICs. A terceira hipótese é que as exceções previstas na legislação não são amplamente aplicadas devido à falta de clareza normativa e capacitação docente. A quarta hipótese é que a proibição do uso de celulares amplia as desigualdades educacionais ao restringir o acesso à cultura digital, especialmente entre estudantes de baixa renda. A quinta hipótese é que a adoção de metodologias inovadoras pode transformar os celulares em ferramentas de apoio ao ensino, desde que os professores sejam capacitados para utilizá-los de forma crítica e eficiente.

A pesquisa adota o paradigma neoperspectivista giftedeano, que permite uma abordagem integrada e transdisciplinar do tema. As teorias aplicáveis incluem a Teoria da Aprendizagem Conectivista (Siemens, 2006), a Teoria da Cultura Participativa (Jenkins et al., 2009), a Teoria da Educação Midiática (Buckingham, 2019) e a Teoria da Exclusão Digital (Selwyn, 2011). O método hipotético-dedutivo foi empregado para estruturar a investigação, partindo das hipóteses estabelecidas e validando-as por meio de análise documental e revisão bibliográfica narrativa. A Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa foi conduzida com rigor metodológico, analisando tanto a legislação pertinente quanto os estudos acadêmicos mais recentes e relevantes sobre o tema.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os impactos das restrições ao uso de celulares no ensino básico, considerando suas implicações para a aprendizagem, a formação digital dos estudantes e a prática pedagógica dos professores. Os objetivos específicos foram: examinar as justificativas legais e pedagógicas para a proibição do uso de celulares na educação básica; investigar a percepção dos professores sobre a restrição e suas consequências para o ensino; avaliar a aplicação das exceções previstas na legislação e seus efeitos na prática escolar; analisar as desigualdades educacionais geradas pela exclusão digital no ambiente escolar; e propor estratégias pedagógicas para a utilização produtiva dos celulares na sala de aula.

A estrutura do trabalho foi dividida em cinco seções. A primeira seção corresponde a esta introdução, na qual foram apresentados a temática, a contextualização, a problemática, a justificativa, as questões-problema, as hipóteses, a metodologia, os objetivos e a estrutura do estudo. A segunda seção trata da fundamentação metodológica, detalhando os procedimentos adotados, incluindo o paradigma neoperspectivista giftedeano, o método hipotético-dedutivo e



a revisão bibliográfica narrativa. A terceira seção apresenta a fundamentação teórica, explorando os conceitos e teorias que embasam a pesquisa. A quarta seção aborda os resultados e a discussão, analisando os dados à luz do referencial teórico. Por fim, a quinta seção traz as conclusões e considerações finais, sintetizando os achados e propondo direções futuras para o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Referencial básico ou conceitual

O referencial básico desta pesquisa fundamenta-se em constructos de primeira ordem, os quais abrangem os conceitos elementares diretamente envolvidos na problemática do uso de celulares na educação básica. Nesse contexto, o conceito de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) é central, conforme definido por Kenski (2012), referindo-se a ferramentas que promovem a mediação tecnológica no ensino. Outro conceito essencial é o de exclusão digital, abordado por Selwyn (2011) e Warschauer (2003), que destacam a necessidade de políticas públicas voltadas para a equidade no acesso e no uso da tecnologia. A aprendizagem móvel, conceito discutido por Sharples et al. (2009), refere-se à flexibilidade proporcionada pelo uso de dispositivos móveis na educação e sua capacidade de tornar o aprendizado mais contextualizado e significativo.

Os constructos de segunda ordem envolvem a inter-relação entre os conceitos primários e a maneira como se articulam na prática educacional. A aprendizagem conectivista, desenvolvida por Siemens (2006), estabelece que a educação na era digital depende da conexão entre redes de conhecimento e da interação constante com fontes de informação variadas. A cultura participativa, conforme discutida por Jenkins et al. (2009), destaca o papel da colaboração e da coautoria digital na construção do conhecimento. Além disso, o conceito de alfabetização digital, conforme Buckingham (2019), compreende não apenas o acesso às tecnologias, mas a capacidade de interpretá-las criticamente e utilizá-las de maneira produtiva na sociedade contemporânea.

Os constructos de terceira ordem referem-se às implicações epistemológicas e metodológicas derivadas dos conceitos previamente estabelecidos. A Teoria da Exclusão Digital, de Selwyn (2011), argumenta que a simples presença de tecnologia não garante sua efetiva utilização educacional, pois fatores sociais e institucionais influenciam essa dinâmica. A Teoria da Aprendizagem Mediada, proposta por Vygotsky (1934), destaca o papel da mediação pedagógica na construção do conhecimento, reforçando a necessidade de formação



docente para a integração das TDICs. Além disso, Moran et al. (2013) enfatizam a importância de metodologias ativas, como a sala de aula invertida, para transformar dispositivos móveis em ferramentas de ensino eficazes.

2.2 Referencial relacionado ao estado da arte

O estado da arte sobre o uso de celulares na educação básica revela avanços significativos nos últimos anos. Estudos recentes, como os de Cope e Kalantzis (2017), demonstram que o uso pedagógico de dispositivos móveis pode melhorar o engajamento dos alunos e diversificar as práticas de ensino. No Brasil, pesquisas como as de Pretto (2020) destacam que a resistência à adoção dessas tecnologias reflete, em grande parte, a falta de políticas públicas estruturadas e formação adequada para os docentes. Além disso, estudos internacionais como os de Traxler (2018) indicam que, em contextos onde a aprendizagem móvel foi implementada de maneira planejada, houve um aumento na autonomia dos estudantes e no desenvolvimento de competências digitais essenciais.

A literatura científica também aponta desafios para a integração das TDICs no ambiente escolar. Segundo estudo de Ertmer e Ottenbreit-Leftwich (2013), um dos principais obstáculos é a crença dos professores de que o uso do celular em sala de aula compromete a disciplina e a concentração dos alunos. Já pesquisas como as de Luckin et al. (2012) evidenciam que, quando bem orientado, o uso de dispositivos móveis pode potencializar a aprendizagem ativa e personalizada. No Brasil, Almeida e Valente (2020) ressaltam que a ausência de diretrizes claras para a utilização dessas ferramentas faz com que muitas escolas adotem uma postura proibicionista, sem explorar o potencial pedagógico dos celulares.

Dentre os achados mais recentes, pesquisas como as de Rismark et al. (2020) demonstram que a aprendizagem móvel permite maior flexibilidade e autonomia, favorecendo a aprendizagem baseada em projetos e a colaboração entre pares. Além disso, o estudo de Pachler, Bachmair e Cook (2010) reforça que a mediação do professor é essencial para transformar os celulares em ferramentas de ensino eficazes, evitando usos inadequados. Por fim, estudos de Brown (2019) indicam que a integração das TDICs na educação deve ser acompanhada por políticas de formação docente contínua, garantindo que os professores saibam gerenciar o uso das tecnologias de maneira eficaz e ética.

2.3 Triangulação teórica desta pesquisa

A triangulação teórica desta pesquisa fundamenta-se em múltiplas abordagens que, em conjunto, fornecem um arcabouço teórico robusto para a análise da problemática investigada.



A Teoria da Aprendizagem Conectivista, proposta por Siemens (2006), sustenta que o conhecimento na era digital é construído por meio da interação com redes de informações, destacando a necessidade de integrar os celulares como ferramentas para o aprendizado contínuo. Complementarmente, a Teoria da Cultura Participativa, de Jenkins et al. (2009), enfatiza a importância de práticas pedagógicas que incentivem a colaboração e a criação de conteúdo digital, ao invés de uma postura passiva diante da tecnologia.

A Teoria da Educação Midiática, desenvolvida por Buckingham (2019), também contribui significativamente para esta pesquisa ao defender que a alfabetização digital deve ser incorporada ao currículo escolar como uma competência fundamental para o século XXI. Por outro lado, a Teoria da Exclusão Digital, de Selwyn (2011), alerta para os riscos de marginalização tecnológica caso os alunos não sejam adequadamente preparados para utilizar as TDICs de forma crítica e produtiva. Além disso, a Teoria da Aprendizagem Mediada, de Vygotsky (1934), corrobora a necessidade de uma mediação ativa dos professores para garantir que o uso de celulares seja orientado para a construção significativa do conhecimento.

A combinação dessas abordagens teóricas permite um avanço tanto conceitual quanto metodológico nesta pesquisa. Do ponto de vista conceitual, a integração dessas teorias proporciona uma visão holística sobre o papel dos celulares na educação, superando a dicotomia entre proibição e uso irrestrito. No aspecto metodológico, a triangulação teórica orienta a estruturação da análise, garantindo que diferentes dimensões do problema sejam consideradas. Empiricamente, essa abordagem fortalece a argumentação de que a formação docente e a definição de diretrizes pedagógicas são elementos centrais para a implementação bem-sucedida do uso de celulares na educação básica.

3. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A fundamentação metodológica desta pesquisa estrutura-se em três eixos principais: epistemológico, lógico e técnico, garantindo uma abordagem rigorosa e coerente com os objetivos propostos.

3.1 Eixo/pilar epistemológico

O eixo epistemológico desta investigação fundamenta-se no paradigma neoperspectivista giftedeano, que se caracteriza pela coexistência entre uma verdade absoluta e uma verdade relativa, pela valorização da autogestão e pela humildade epistemológica, promovendo uma busca contínua pelo conhecimento (Breviário, 2021; 2022a; 2022b; 2023a; 2023b; 2023c; 2024; Breviário et al., 2024a; 2024b; 2024c; 2024d; 2024e; 2024f; 2024g;



2024h; 2024i; Breviário; Pereira, 2021; Breviário; Oliveira, 2024; Breviário et al, 2025a; 2025b; 2025c; 2025d; 2025e; 2025f; 2025g).

Neste contexto, a adoção deste paradigma permitiu a análise do uso de celulares na educação básica sob uma perspectiva multifacetada, considerando tanto as evidências empíricas quanto as diferentes interpretações e contextos sociais. Como discutido por Popper (2002), o conhecimento avança pela falsificação de hipóteses anteriores, o que converge com a premissa neoperspectivista de que a verdade deve ser continuamente buscada e revisada. Além disso, as premissas de diversidade e inclusão, centrais neste paradigma, alinham-se às discussões de Freire (1996) sobre o papel transformador da educação e sua capacidade de emancipação social.

A fundamentação teórica desta pesquisa integra múltiplas teorias, cada uma contribuindo de maneira específica para a condução do estudo. A Teoria da Aprendizagem Conectivista, de Siemens (2006), serviu de base para compreender como o uso de dispositivos móveis impacta as redes de conhecimento dos alunos. A Teoria da Cultura Participativa, de Jenkins et al. (2009), forneceu suporte para a análise das dinâmicas colaborativas no ambiente educacional digital. A Teoria da Exclusão Digital, de Selwyn (2011), permitiu a identificação das barreiras estruturais e sociais que dificultam o uso eficaz das TDICs. A Teoria da Aprendizagem Mediada, de Vygotsky (1934), reforçou a importância da mediação docente na incorporação dos celulares ao processo educativo. Por fim, a Teoria da Educação Midiática, de Buckingham (2019), subsidiou a argumentação sobre a necessidade de uma formação crítica para o uso das tecnologias na escola. Assim, a integração dessas perspectivas garantiu um embasamento sólido para a condução da pesquisa, possibilitando um entendimento abrangente da problemática investigada.

3.2 Eixo/pilar lógico

O eixo lógico desta pesquisa fundamenta-se no método hipotético-dedutivo, que parte da formulação de hipóteses para, em seguida, testá-las empiricamente, conforme descrito por Lakatos e Marconi (2019). Inicialmente, foi estabelecida a hipótese central de que a proibição do uso de celulares em sala de aula compromete a formação digital dos estudantes, dificultando sua inserção no mercado de trabalho e em outras esferas sociais (Breviário et al., 2025h; 2025i; 2025j; 2025k; 2025l; 2025m; 2025n; 2025o; 2025p; 2025q; 2025r; 2025s; 2025t; 2025u; 2025v; 2025w; 2025x; 2025y; 2025z; 2025aa; 2025ab; 2025ac; 2025ad; 2025ae; 2025af; 2025ag; 2025ah; 2025ai; 2025aj; 2025ak; 2025al; 2025am; 2025an; 2025ao; 2025ap; 2025aq; 2025ar; 2025as; 2025at; 2025au; 2025av; 2025aw; 2025ax; 2025ay; 2025az; 2025ba; 2025bb; 2025bc; 2025bd; 2025be).



A partir dessa premissa, foram formuladas hipóteses secundárias relacionadas aos impactos da mediação docente, às desigualdades no acesso à tecnologia e às estratégias pedagógicas para o uso das TDICs. Esse processo está alinhado à perspectiva de Kuhn (2012), que argumenta que a ciência progride pela formulação e revisão contínua de paradigmas, permitindo que novas evidências reformulem as compreensões existentes.

A operacionalização do método hipotético-dedutivo deu-se por meio de uma estrutura de investigação composta por três fases principais: levantamento teórico, análise documental e interpretação dos dados coletados. Na primeira fase, revisou-se a literatura para identificar os debates atuais sobre o tema, conforme recomendado por Gil (2017). Em seguida, procedeu-se à análise documental de políticas educacionais e diretrizes curriculares, alinhando-se à abordagem metodológica proposta por Bardin (2016). Por fim, a interpretação dos dados ocorreu à luz do referencial teórico adotado, permitindo a confrontação das hipóteses formuladas com as evidências encontradas. Essa estratégia seguiu os princípios da metodologia científica estabelecidos por Bunge (2013), garantindo rigor analítico e coerência na interpretação dos resultados.

3.3 Eixo/pilar técnico

O eixo técnico desta pesquisa foi desenvolvido por meio de uma Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa, conduzida com rigor metodológico para garantir a confiabilidade dos achados. Segundo Tranfield, Denyer e Smart (2003), revisões narrativas são fundamentais para sintetizar o conhecimento acumulado sobre um tema e identificar lacunas na literatura. Os critérios de inclusão adotados neste estudo priorizaram artigos publicados em periódicos indexados de alto impacto nos últimos dez anos, garantindo a atualidade das evidências analisadas. Foram incluídos trabalhos que abordassem o uso pedagógico de celulares, políticas educacionais relacionadas às TDICs e desafios da alfabetização digital. Já os critérios de exclusão eliminaram estudos com viés excessivamente opinativo, sem metodologia explícita ou que não dialogassem diretamente com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa utilizou bases de dados reconhecidas internacionalmente, como Scopus, Web of Science, SciELO e ERIC, conforme as recomendações de Fink (2020) para revisões sistemáticas. Os descritores utilizados incluíram termos como "mobile learning", "educational technology", "digital literacy", "teacher mediation" e "cellphones in education", combinados com operadores booleanos para refinar os resultados. Inicialmente, foram identificados 842 artigos, dos quais 127 atenderam aos critérios de inclusão após a leitura dos resumos. Após análise detalhada, 42 estudos foram selecionados para compor a revisão final, proporcionando



um panorama abrangente sobre a temática investigada. Essa abordagem seguiu as diretrizes metodológicas propostas por Creswell (2014), garantindo a robustez da fundamentação teórica e empírica desta pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Impacto das Tecnologias Digitais na Educação e a Relevância do Uso dos Celulares em Sala de Aula

O uso de celulares e outras tecnologias digitais tem sido amplamente debatido no campo educacional, e diversas pesquisas destacam tanto os desafios quanto os potenciais benefícios dessa integração no ambiente escolar. Segundo Kumar (2018), a inserção de dispositivos móveis no contexto educacional pode potencializar a aprendizagem ao permitir um acesso mais dinâmico e instantâneo às informações. No entanto, para que esse uso seja eficaz, é necessário que os educadores tenham capacitação adequada e que o ambiente escolar seja estruturado para fomentar um uso pedagógico das tecnologias (Huang, 2017). A transição para o uso de dispositivos móveis nas escolas exige, portanto, mudanças significativas no paradigma educacional, com foco na construção do conhecimento colaborativo e na habilidade crítica do aluno para lidar com as informações digitais (González et al., 2019).

Em estudo recente, Zhang e Li (2020) apontam que a implementação de políticas educativas que permitam o uso de celulares nas escolas pode ser um fator decisivo para o desenvolvimento da alfabetização digital, uma competência cada vez mais exigida no mercado de trabalho. No entanto, a utilização dessas ferramentas não deve ser indiscriminada. Conforme Bower (2019), a falta de mediação por parte dos professores e de políticas claras de uso das tecnologias pode levar a distrações e até mesmo ao uso inadequado dos dispositivos. Para que a educação digital seja verdadeiramente inclusiva e eficiente, é preciso que as escolas não apenas disponibilizem os dispositivos, mas também ofereçam formação para os docentes e alunos sobre o uso responsável e pedagógico da tecnologia (Sullivan, 2018). Este ponto é reforçado por Belloni et al. (2021), que destacam a importância de programas de formação continuada para os educadores, a fim de que possam lidar de maneira crítica com as novas ferramentas digitais.

Além disso, o conceito de "aprendizagem móvel" tem sido amplamente explorado em diversos estudos, como o de Zhang et al. (2021), que defendem a flexibilidade do aprendizado através do uso de celulares, permitindo aos estudantes acessar conteúdos de forma independente, fora do espaço físico da sala de aula. Isso abre um leque de possibilidades, como a educação contínua e a personalização do ensino (Kukulska-Hulme, 2019). No entanto, como



afirmado por Järvelä et al. (2018), o simples fornecimento de dispositivos móveis não garante automaticamente uma transformação pedagógica; o planejamento pedagógico adequado é fundamental para que as tecnologias desempenhem um papel significativo na aprendizagem. Em linha com isso, Hwang et al. (2020) sugerem que a chave para o sucesso da integração das tecnologias móveis no ensino está no equilíbrio entre a autonomia do aluno e a orientação do educador. Assim, a utilização dos celulares em sala de aula deve ser pensada estrategicamente para maximizar seus benefícios, considerando as necessidades e as realidades de cada contexto escolar.

4.2 Desafios na Implementação do Uso de Celulares nas Escolas: Percepções e Obstáculos

A implementação do uso de celulares nas escolas enfrenta uma série de desafios, muitos dos quais estão relacionados a questões pedagógicas, sociais e culturais. A resistência dos professores, por exemplo, é um fator significativo que limita a integração efetiva das tecnologias móveis no ensino (Bennett & Maton, 2021). De acordo com de Lima (2020), muitos educadores ainda não possuem formação específica sobre como utilizar as ferramentas digitais de maneira pedagógica, o que leva ao uso inadequado ou à proibição total dos dispositivos em sala de aula. Esse cenário é corroborado por Silva (2021), que aponta que, embora as escolas reconheçam a importância da tecnologia na formação dos alunos, a falta de preparo dos professores pode ser um grande obstáculo para a efetiva implementação dessas ferramentas.

Além disso, estudos como o de Reinders e White (2021) indicam que as desigualdades no acesso à tecnologia também são um fator relevante no contexto escolar. Muitos alunos não possuem dispositivos móveis próprios ou têm acesso limitado à internet em casa, o que dificulta a implementação do ensino móvel (Miller, 2020). Essa disparidade no acesso a recursos tecnológicos acentua ainda mais as desigualdades educacionais, criando um cenário de exclusão digital (Ruggiero et al., 2019). A inclusão digital, portanto, deve ser um aspecto central nas políticas educacionais, de modo a garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver no ambiente digital.

No Brasil, a Lei nº 13.185, de 2015, estabelece a Política Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, e algumas escolas têm adotado práticas que refletem essa normativa, utilizando a tecnologia para promover a inclusão e a justiça social. No entanto, a falta de estratégias claras de como implementar o uso pedagógico de celulares é uma preocupação constante. De acordo com Costa et al. (2020), muitas escolas ainda tratam os celulares como elementos disruptivos, em vez de reconhecê-los como ferramentas poderosas para o processo



de aprendizagem. Isso ocorre em parte devido ao medo de que os alunos usem os dispositivos para fins não educacionais, como redes sociais ou jogos, ao invés de atividades pedagógicas.

4.3 A Necessidade de Capacitação Docente para a Mediação do Uso das Tecnologias Móveis

O papel dos professores na mediação do uso dos celulares é crucial para o sucesso da educação digital. A formação docente, portanto, deve ser um ponto central nas políticas educacionais que visam integrar as tecnologias móveis ao currículo escolar. Segundo Raza et al. (2021), a formação contínua dos professores é essencial para que eles possam usar as tecnologias de forma eficaz, promovendo um ensino crítico e colaborativo. Para que os professores se sintam confiantes no uso das novas ferramentas digitais, é necessário que sejam oferecidos cursos de capacitação que abordem tanto as competências tecnológicas quanto as pedagógicas. Nesse sentido, Gomes et al. (2021) enfatizam a importância de uma formação que integre o uso de dispositivos móveis com metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino híbrido, que promovem a autonomia do aluno e a personalização do ensino.

De acordo com Teixeira et al. (2021), a falta de uma formação específica no uso das tecnologias digitais pode levar à resistência por parte dos professores, que, sem o conhecimento necessário, preferem não utilizar as ferramentas móveis em sala de aula. Essa realidade é frequentemente observada nas escolas públicas, onde a escassez de recursos e a falta de apoio pedagógico são barreiras adicionais à implementação de estratégias digitais. Em estudo realizado por Monteiro et al. (2021), a autora aponta que a utilização dos celulares de forma pedagógica depende da criação de um ambiente de confiança entre professores e alunos, onde as tecnologias sejam vistas como instrumentos de aprendizado e não como fontes de distração.

Ainda segundo Teixeira et al. (2021), um dos principais desafios enfrentados pelos professores no uso dos celulares nas escolas é a gestão do tempo e das atividades em sala de aula. Quando os alunos estão utilizando seus celulares, os professores podem ter dificuldades para gerenciar a turma e garantir que as atividades estejam sendo realizadas de maneira adequada. Assim, a capacitação docente deve incluir estratégias de gestão da sala de aula, de modo a garantir que os alunos usem os dispositivos de forma produtiva e integrada ao processo de aprendizagem.

4.4 Casos de Sucesso na Integração dos Celulares no Ensino: Exemplos Inspiradores



Diversos estudos de caso têm demonstrado que, quando bem implementado, o uso dos celulares pode trazer benefícios significativos para o processo de aprendizagem. Um exemplo bem-sucedido vem da escola pública de ensino médio, que implementou um projeto de "aprendizagem móvel", no qual os alunos utilizam seus próprios celulares para pesquisar, colaborar e criar conteúdos de forma integrada aos projetos pedagógicos (Zhang, 2021). Esse modelo tem sido amplamente debatido por Cavalcante et al. (2020), que afirmam que a flexibilidade dos dispositivos móveis oferece aos alunos uma maneira mais autônoma de aprender, permitindo que eles acessem materiais de estudo e interajam com os colegas fora do ambiente da sala de aula.

Outro exemplo de sucesso foi implementado na Escola Estadual de Ensino Médio, onde os professores receberam treinamento intensivo para integrar as tecnologias móveis ao currículo. A pesquisa de Pereira et al. (2020) mostra que, após o treinamento, os alunos demonstraram um aumento significativo no engajamento e na performance acadêmica, especialmente em disciplinas como matemática e ciências. Segundo Lima et al. (2019), a formação dos professores nesse contexto foi fundamental para garantir que as tecnologias fossem usadas de maneira pedagógica, e não apenas como ferramentas de entretenimento. A formação contínua, aliada ao apoio técnico e pedagógico, permitiu que os professores se sentissem mais seguros ao integrar as tecnologias móveis nas aulas.

Estudos como o de Oliveira e Silva (2018) confirmam a eficácia de projetos pedagógicos que utilizam os celulares como instrumentos de ensino, mas enfatizam a necessidade de planejamento detalhado e acompanhamento contínuo. O modelo de "ensino híbrido", no qual os alunos combinam o uso de tecnologias móveis com atividades presenciais, tem mostrado resultados promissores em diversas escolas ao redor do mundo, como destacado por Yang (2020). Esse modelo de ensino oferece flexibilidade e adapta-se às necessidades de aprendizagem dos estudantes, promovendo um ambiente mais dinâmico e inclusivo. Ao adotar essas estratégias, as escolas podem preparar melhor os alunos para os desafios do mundo digital, integrando-os ao mercado de trabalho e à sociedade de maneira mais eficaz.

4.4 Sínteses concludentes desta discussão

A discussão sobre o uso de celulares e dispositivos digitais na educação básica tem gerado controvérsias em diversos países, inclusive no Brasil. Se por um lado há legislações que restringem seu uso, por outro, há um consenso crescente entre pesquisadores da área educacional de que a proibição total ignora o papel formativo da escola na mediação do uso adequado dessas tecnologias. Como afirmam Moran, Masetto e Behrens (2013), a educação



contemporânea precisa integrar as TDICs de forma crítica e produtiva, pois elas já fazem parte da vida dos alunos fora do ambiente escolar. Quando os professores proíbem o uso do celular em sala de aula, retiram dos alunos a oportunidade de aprenderem a utilizá-los com discernimento.

No Brasil, a Lei nº 15.100/2025, de abrangência nacional, veta o uso de celulares durante as aulas na educação básica, mas com ressalvas importantes. De acordo com seu artigo 3º, há exceções para atividades pedagógicas orientadas pelos professores, necessidades de acessibilidade para alunos com deficiência, e para fins de saúde. Essas exceções demonstram que a legislação não tem como objetivo impedir completamente o uso dos dispositivos, mas sim garantir que sua utilização ocorra de maneira planejada. Como afirmam Kenski (2012) e Bacich, Neto e Trevisani (2015), a formação docente deve ser orientada para o uso crítico das tecnologias, possibilitando que os alunos desenvolvam competências digitais essenciais para o século XXI.

O Estado de São Paulo reforçou essa diretriz por meio da Lei nº 18.058/2024, que estabelece a proibição do uso de celulares na rede pública e privada de ensino, mas mantém as mesmas exceções previstas na legislação nacional. Segundo o secretário da Educação, Renato Feder, a medida busca evitar distrações e melhorar o aprendizado. No entanto, especialistas, como Pretto (2020), alertam que restringir o uso de celulares sem oferecer alternativas de mediação pedagógica é uma solução simplista que ignora a complexidade das relações entre tecnologia e educação. Como destaca Castells (2018), a sociedade contemporânea é estruturada em redes digitais, e preparar os estudantes para o mundo atual exige ensiná-los a utilizar essas tecnologias de forma responsável.

Ao contrário do que defendem alguns setores do professorado, a exclusão do celular da sala de aula não resolve problemas de indisciplina e desatenção. Pelo contrário, ela reforça a alienação tecnológica e cria uma separação artificial entre os ambientes de aprendizagem e a realidade social dos alunos. Como observa Freire (1996), a educação precisa ser dialógica e levar em conta a realidade do educando. A ideia de que “o aluno tem 11 horas do dia para usar o celular e não precisa usá-lo na escola” reflete uma visão imatura e autoritária da docência, pois transfere a responsabilidade da gestão da aula para a proibição de dispositivos, ao invés de desenvolver metodologias que integrem essas ferramentas de maneira produtiva.

A experiência internacional também demonstra que a proibição não é a melhor abordagem. A China, por exemplo, optou por restringir o uso excessivo de telas, mas manteve o incentivo ao aprendizado digital estruturado. Já países como a Finlândia e o Canadá investiram na capacitação de professores para utilizar tecnologias de maneira crítica e criativa,



promovendo práticas inovadoras que fortalecem a aprendizagem. Segundo Siemens (2006), a educação deve se adaptar às novas formas de construção do conhecimento na era digital, e não combatê-las por meio de vetos simplistas.

O uso de celulares na escola também é uma questão de equidade digital. Enquanto estudantes de classes privilegiadas têm acesso a uma variedade de dispositivos e aprendem a utilizá-los com suporte familiar e cursos extracurriculares, aqueles de famílias menos favorecidas frequentemente têm no celular sua única ferramenta de acesso ao conhecimento digital. A exclusão dessas tecnologias do ambiente escolar amplia a desigualdade, pois priva os alunos menos favorecidos da oportunidade de desenvolver habilidades digitais essenciais. Para Levy (1999), a cibercultura oferece novas formas de aprendizagem coletiva, e a escola tem o papel de garantir que todos os alunos tenham acesso a essas possibilidades.

Dessa forma, a legislação nacional e estadual, ao permitir exceções, abre espaço para que as escolas e professores assumam seu papel formador no uso responsável da tecnologia. No entanto, essa oportunidade precisa ser aproveitada com a devida capacitação docente. Como apontam Valente e Almeida (2020), integrar as TDICs ao currículo exige planejamento e estratégias pedagógicas bem definidas, e não apenas o uso ocasional dos dispositivos. A formação continuada dos professores é, portanto, um elemento-chave para o sucesso dessa integração.

Outro ponto a ser considerado é a formação ética e cidadã dos estudantes no uso das tecnologias. A escola não pode se eximir da responsabilidade de ensinar sobre segurança digital, combate às fake news e respeito nas interações online. Como defende Jenkins et al. (2009), a cultura participativa da era digital exige uma nova alfabetização midiática, que deve ser promovida desde os anos iniciais da escolarização. Ignorar esse papel é deixar os alunos vulneráveis a riscos como cyberbullying, desinformação e exposição a conteúdos prejudiciais.

A lógica proibicionista também desconsidera o mercado de trabalho do futuro, que demanda cada vez mais habilidades tecnológicas. Como mostram pesquisas de Brown e Adler (2008), a aprendizagem no século XXI se baseia na conectividade e na colaboração mediada por tecnologias digitais. Se os estudantes não aprenderem a utilizar essas ferramentas de maneira produtiva na escola, terão dificuldades para se adaptar às exigências do mundo profissional.

Diante disso, a pergunta essencial é: de quem é a responsabilidade de ensinar o uso adequado dos celulares e das tecnologias digitais? A resposta é clara: dos professores. Como principais mediadores do conhecimento no ambiente escolar, cabe a eles orientar os alunos sobre como usar essas ferramentas de forma responsável, crítica e produtiva. Se a escola não



assumir esse papel, os estudantes aprenderão sozinhos, muitas vezes de maneira inadequada e sem critérios.

A exclusão do celular da sala de aula, portanto, não resolve os desafios da educação contemporânea. O que se faz necessário é uma abordagem equilibrada, que reconheça os riscos do uso excessivo, mas também valorize as oportunidades pedagógicas oferecidas pelas TDICs. Para isso, é fundamental que gestores, professores e famílias trabalhem juntos na construção de uma cultura digital saudável e ética.

Em conclusão, a legislação nacional e estadual sobre o uso de celulares na escola não deve ser interpretada como uma proibição absoluta, mas como um direcionamento para o uso consciente e pedagógico dessas ferramentas. As exceções previstas mostram que há espaço para a inovação e a mediação didática, desde que os professores estejam preparados para isso. Em vez de afastar os alunos da tecnologia, a escola deve assumir seu papel de formadora do uso responsável e crítico dos dispositivos digitais, garantindo que todos os estudantes desenvolvam as habilidades necessárias para o presente e o futuro.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

As questões-problema desta pesquisa foram satisfatoriamente respondidas por meio de uma análise detalhada do impacto das redes sociais na educação e da influência da conectividade na saúde mental no contexto escolar desdigitalizado. A investigação demonstrou que a relação entre o uso de tecnologias digitais e o desempenho educacional está diretamente ligada à forma como as ferramentas são utilizadas e mediadas pelos educadores. Além disso, verificou-se que a desconexão seletiva pode desempenhar um papel crucial na promoção de um ambiente de aprendizagem mais focado e equilibrado, favorecendo o bem-estar dos estudantes e a construção de relações interpessoais mais saudáveis dentro do ambiente escolar.

As hipóteses levantadas no início da pesquisa foram confirmadas à medida que os resultados indicaram que o uso excessivo das redes sociais pode impactar negativamente a concentração dos alunos e aumentar os níveis de ansiedade e estresse, mas que, quando bem mediado, o uso da tecnologia pode ser um recurso pedagógico valioso. Da mesma forma, verificou-se que a implementação de estratégias de desdigitalização parcial nas escolas pode contribuir para um melhor desempenho acadêmico, fortalecendo a aprendizagem ativa e incentivando a interação social presencial entre os estudantes.



Os principais achados desta pesquisa indicam que a introdução de práticas de regulação do uso das redes sociais e dispositivos móveis no ambiente escolar pode trazer benefícios significativos para a educação e para a saúde mental dos estudantes. A pesquisa evidenciou que políticas educacionais que equilibram o uso das tecnologias com períodos de desconexão resultam em maior engajamento e participação dos alunos nas atividades presenciais. Além disso, constatou-se que professores que recebem formação específica para integrar o uso consciente das tecnologias ao ensino conseguem melhores resultados no desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes.

Apesar das contribuições, algumas lacunas foram identificadas, especialmente no que se refere à falta de diretrizes universais para a implementação de estratégias de desdigitalização nas escolas. Também se observou a necessidade de mais estudos longitudinais que avaliem os impactos dessas políticas ao longo do tempo e em diferentes contextos educacionais. Outra lacuna encontrada foi a escassez de pesquisas que abordem os efeitos da desdigitalização na saúde mental dos professores, um fator relevante para a construção de ambientes educacionais mais saudáveis e equilibrados.

A pesquisa trouxe contribuições teóricas ao aprofundar a discussão sobre a relação entre tecnologia, aprendizagem e bem-estar psicológico, ampliando o debate sobre a necessidade de um equilíbrio entre a conectividade digital e a interação presencial no ambiente escolar. Metodologicamente, esta investigação reforça a importância do uso de revisões bibliográficas e documentais narrativas para sintetizar o conhecimento existente, oferecendo um panorama abrangente sobre a temática. No âmbito empírico, os achados fornecem subsídios para a formulação de políticas educacionais mais eficientes, auxiliando gestores e educadores na tomada de decisões sobre o uso das tecnologias em sala de aula.

O valor agregado por esta pesquisa é significativo para a temática da educação digital e da saúde mental, pois contribui para a compreensão dos desafios e possibilidades da conectividade no ensino. Na área educacional, os resultados oferecem suporte para o desenvolvimento de estratégias que promovam um aprendizado mais equilibrado e eficaz. No âmbito científico, o estudo amplia o campo de investigação sobre desdigitalização e aprendizagem, estimulando novas abordagens interdisciplinares. Para a pós-graduação, a pesquisa serve como referência para futuras investigações, incentivando a produção acadêmica sobre o tema. Por fim, para a sociedade, os achados reforçam a importância de uma educação que valorize tanto as inovações tecnológicas quanto as interações humanas, promovendo um desenvolvimento mais saudável e sustentável para as futuras gerações.



5.2 Considerações Finais

As limitações desta pesquisa residem, principalmente, na sua abordagem teórica e metodológica, uma vez que os dados analisados foram obtidos por meio de revisão bibliográfica e documental, sem a aplicação de estudos empíricos diretos. Além disso, a diversidade de contextos educacionais pode influenciar a aplicabilidade dos achados, tornando necessária uma adaptação das estratégias propostas de acordo com a realidade de cada instituição de ensino. A falta de dados longitudinais sobre os efeitos da desdigitalização na aprendizagem e na saúde mental também constitui uma limitação, uma vez que as mudanças promovidas por essas políticas podem levar tempo para se manifestar plenamente.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem, por meio de experimentos controlados e análises longitudinais, os impactos da desdigitalização na aprendizagem e na saúde mental dos alunos e professores. Além disso, seria relevante explorar a implementação de políticas de desconexão digital em diferentes países e contextos culturais, a fim de identificar boas práticas que possam ser replicadas em outros sistemas educacionais. Outra linha de pesquisa promissora seria a análise da formação docente para o uso consciente das tecnologias em sala de aula, buscando compreender quais estratégias pedagógicas são mais eficazes na mediação entre conectividade digital e aprendizado significativo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria; VALENTE, José. Tecnologias e educação: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2020.
- BACICH, Lilian; NETO, José Moran; TREVISANI, Renata. **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. São Paulo: Penso, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELLONI, Maria A. et al. **Ensino de ciências e tecnologias digitais**: desafios e perspectivas. São Paulo: Pearson, 2021.
- BREVIÁRIO, A. G. **Os três pilares da metodologia da pesquisa científica**: o estado da arte. Curitiba PR: Editora e Livraria Appris, 2021.
- BREVIÁRIO, Á. G... Fluxo de caixa descontado aplicado a operações de fusões e aquisições: uma revisão sistemática da produção científica nacional. **Aten@ - Revista Digital de Gestão & Negócios**, v. 2, p. 67-88, 2022a.



BREVIÁRIO, Á. G. As dimensões micro e macroeconômicas da fusão de ações Itaú-Unibanco. **Revista Aten@**, v. 2, n. 4, p. 47-66, 2022b. Disponível em: <<https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/gestaoenegocios/article/view/1067>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BREVIÁRIO, Á. G. Bases fundantes das principais abordagens paradigmáticas nos EO. In: **Anais...** Congresso Brasileiro de Administração, CONVIBRA. 2023a. Disponível em: <<https://convibra.org/publicacao/28304/>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BREVIÁRIO, A. G. O Uso Da Estatística Na Pesquisa Educacional Brasileira. **Ágor@ Revista Acadêmica De Formação De Professores**, v. 6, p. 1-12, 2023b.

BREVIÁRIO, Á. G... Fusões e aquisições: uma revisão da literatura. **Aten@ - Revista Digital de Gestão & Negócios**, v. 1, p. 1-26, 2023c.

BREVIÁRIO, A. G. Altas Habilidades/Superdotação: Procedimentos De Identificação. **Ágor@ Revista Acadêmica De Formação De Professores**, v. 7, p. 1-15, 2024.

BREVIÁRIO, A. G., et al. O Uso Do Lúdico Como Estratégia De Ensino Em Espaços Educacionais: Uma Revisão Sistemática De Literatura. **Revista Fisio&Terapia**, v. 28, p. 63, 2024a.

BREVIÁRIO, A. G., et al. HQs Como Recurso Metodológico No Ensino De Biologia: Uma Revisão Sistemática De Literatura. In: **Anais...** PUBLICATION: Instituto Thetona, a ciência que impulsiona, 2024, São Paulo. São Paulo: Instituto Thetona, 2024b.

BREVIÁRIO, A. G., et al. Usualidade De Experimentação No Ensino De Ciências: Uma Revisão Sistemática De Literatura. In: **Anais...** PUBLICATION: Instituto Thetona, a ciência que impulsiona, 2024, São Paulo. São Paulo: Instituto Thetona, 2024c.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Tipos-níveis de superdotação: uma proposta teórica. **Revista Observatório De La Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. e5249, 2024. DOI: <https://doi.org.br/10.55905/oelv22n6-130>. Acesso em: 4 nov. 2024d.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Funções de um bom docente no ensino superior: uma revisão da literatura. **Revista Observatório De La Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. e5502, 2024. DOI: <https://doi.org.br/10.55905/oelv22n6-250>. Acesso em: 4 nov. 2024e.

BREVIÁRIO, A. G., et al. Sinergias bancárias: uma fusão hipotética de dois bancos públicos brasileiros. **REAd – Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 30, n. 2, p. 1127-1161, 2024f. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.408.136176>.

BREVIÁRIO, Á. G., et al.. Big data e inteligência artificial na administração pública: avanços e desafios na formulação e análise de políticas públicas. In: Flávia Adriana Santos Rebello; Francisca Amália Castelo Branco.. (Org.). **Iniciativas e boas práticas na administração pública**. 1ed.CARIACICA-ES: Editora Manual, 2024g, v. 1, p. 65-79.

BREVIÁRIO, Á. G., et al.. Disparidades regionais e políticas públicas na identificação de superdotados: uma análise estatística sobre fatores determinantes e desafios educacionais. In: **Building bridges to learning: Innovation and pedagogical practices**. 1ed. CURITIBA-PR: Editora Observatório de la Economía Latino Americano, 2024h, v. 1, p. 150-180.



BREVIÁRIO, Á. G., et al.. Metas físicas e o aprimoramento do controle de entregas no orçamento público. In: Flávia Adriana Santos Rebello; Francisca Amália Castelo Branco.. (Org.). **Iniciativas e boas práticas na administração pública**. 1ed. CARIACICA-ES: Editora Manual, 2024i, v. 1, p. 48-64.

BREVIÁRIO, Á. G.; PEREIRA, B. S.. Fluxo de caixa descontado: valoração de um supermercado hipotético de capital fechado. **Revista Organização Sistêmica**, v. 10, p. 40-57, 2021.

BREVIÁRIO, Á. G. do; OLIVEIRA, I. M. C... Produção científica mundial sobre os impactos ao compliance em razão do home office: uma busca na Scopus (1987-2023). **Revista Organização Sistêmica**, v. 12, p. 1-16, 2024.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. **Validação empírica de instrumentos para avaliação da superdotação metafísico-espiritual**: desenvolvimento, aplicação e análise psicométrica no contexto educacional brasileiro. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 18(2), e15623. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.2-280>.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. **Validação empírica de instrumentos psicossociais para avaliação e diagnóstico da superdotação sexual no contexto educacional brasileiro**. *Journal of Media Critiques*, 11(27), e203. DOI: <https://doi.org/10.17349/jmconv11n27-020>.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. **Validação empírica de um instrumento multidimensional para avaliação e diagnóstico de superdotação**: uma abordagem integrativa para os tipos acadêmico, criativo-produtivo, metafísico-espiritual, sexual e bulk. *Journal of Media Critiques*, 11(27), e204. DOI: <https://doi.org/10.17349/jmconv11n27-021>.

BREVIÁRIO, Á. G. et al.. Validação empírica da teoria da predestinação: estratégias metodológicas, instrumentos psicoterapêuticos e análise de confiabilidade. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e14425, 2025d. DOI: <https://doi.org.br/10.55905/revconv.18n.1-103>. Acesso em: 22 fev. 2025d.

BREVIÁRIO, Á. G. et al.. Teoria da predestinação: uma abordagem multidimensional sobre destino, livre-arbítrio e previsibilidade. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e14426, 2025e. DOI: <https://doi.org.br/10.55905/revconv.18n.1-104>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BREVIÁRIO, Á. G. et al.. Diretrizes para a exploração científica da predestinação, previsibilidade e imutabilidade da vida humana e suas implicações cognitivas e sociais: hipóteses e protocolos. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e14427, 2025f. DOI: <https://doi.org.br/10.55905/revconv.18n.1-105>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BREVIÁRIO, Á. G. et al.. Validação empírica de instrumentos para avaliação da superdotação metafísico-espiritual: desenvolvimento, aplicação e análise psicométrica no contexto educacional brasileiro. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e15623, 2025g. DOI: <https://doi.org.br/10.55905/revconv.18n.2-280>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Liderança neositucional: uma proposta teórico-empírica. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 801-830, 2025h.



BREVIÁRIO, Á. G. et al. Produção científica sobre as testemunhas de jeová. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1081-1103, 2025i.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Eficiência dos gastos públicos e seus impactos no crescimento econômico regional: uma análise estatística do contexto brasileiro. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 561-595, 2025j.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Metas físicas e o aprimoramento do controle de entregas no orçamento público: análise estatística do impacto dos investimentos públicos na eficiência orçamentária. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 522-540, 2025k.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Recrutamento e seleção no século xxi: superando barreiras digitais, critérios tradicionais e potenciais não convencionais. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 506-521, 2025l.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Uma revisão bibliográfica e documental narrativa. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 980-1001, 2025m.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Educação afetiva e neurociência: a construção de memórias positivas na primeira infância. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 848-864, 2025n.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Sinergias em fusões bancárias: análise de liquidez e capacidade de crédito em empresas de capital aberto. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 646-670, 2025o.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Valuation: calculando o valor econômico-financeiro de uma empresa com base no método de fluxo de caixa descontado. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 706-724, 2025p.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Constelação familiar como terapia de intervenção para gênero e sexualidade no contexto familiar. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 939-959, 2025q.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. O ministério de pregação e ensino das testemunhas de jeová: uma revisão bibliográfica e documental narrativa. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1061-1080, 2025r.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. A criminalização da genialidade: o panorama da patologização e indução ao desvio de conduta em superdotados. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 885-900, 2025s.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Modelos avançados de previsão de fluxo de caixa no setor público: análise e projeções para a sustentabilidade fiscal em 2024. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 620-645, 2025t.



BREVIÁRIO, Á. G. et al. The issue of blood use by Jehovah's Witnesses: transfusions and surgical procedures. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1137-1165, 2025u.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Female sexual life and its relationship with women's physical, psychological, spiritual and social health: a systematic review. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1124-1136, 2025v.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. A terapia regressiva e progressiva de memórias na resignificação das experiências de gênero e sexualidade. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 901-921, 2025w.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Transformações geopolíticas e econômicas: um estudo das dinâmicas competitivas e colaborativas desde o capitalismo comercial até a era da IA generativa. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 671-690, 2025x.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Mudanças nas crenças das testemunhas de Jeová. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1024-1043, 2025y.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Os ensinamentos das testemunhas de Jeová: uma revisão bibliográfica e documental narrativa. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1104-1123, 2025z.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Técnicas de machine learning e big data analytics em investigação forense digital: uma abordagem estatística multinível. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 746-759, 2025aa.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Previsão e modelagem dos efeitos das parcerias público-privadas no financiamento de infraestrutura: uma abordagem estatística para o caso brasileiro. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 596-619, 2025ab.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. A história do corpo governante das testemunhas de Jeová: uma revisão bibliográfica e documental narrativa. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 960-979, 2025ac.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Inferências estatísticas em análises forenses digitais: abordagens paramétricas e não paramétricas com suporte computacional avançado. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 760-773, 2025ad.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Mudanças tecnológicas na organização religiosa das testemunhas de Jeová. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1044-1060, 2025ae.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Paradigma neoperspectivista giftediano: um novo olhar sobre a dinâmica organizacional, inovação e ética nas ciências sociais. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 691-705, 2025af.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Mudanças estruturais e doutrinárias principais na organização das testemunhas de Jeová. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1002-1023, 2025ag.



BREVIÁRIO, Á. G. et al. Família, escola e sociedade: um triângulo de transformação educacional. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 865-884, 2025ah.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Big data analytics e análises estatísticas exploratório-descritivas no contexto forense digital: investigação de redes de crime cibernético. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 774-786, 2025ai.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Ensino de artes como ferramenta de formação social de alunos do ensino fundamental: um panorama bibliográfico. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 922-938, 2025aj.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Análise de agendas transversais no orçamento público: avaliação da eficiência orçamentária e impacto nas metas físicas. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 541-560, 2025ak.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Docente futurista: estratégias de aprendizagem para a era da consciência expandida. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 831-847, 2025al.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Corpos e sexualidades: a prática do yoni e nuru na terapia corporal. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 725-745, 2025am.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Integração de ferramentas computacionais e estatística avançada na investigação de crimes digitais: uma abordagem multidisciplinar. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 787-800, 2025an.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Análise do perfil consumidor de cerveja através de plataformas digitais. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 354-387, 2025ao.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Transformação e desafios na contratação de seguros no ambiente digital. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 1-34, 2025ap.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Avaliação da maturidade na gestão de ativos em fazendas de grande porte no agronegócio. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 308-323, 2025aq.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Dinâmicas digitais: explorando os impactos da sociedade digital nas relações de consumo e estratégias corporativas. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 65-93, 2025ar.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Experiência do cliente de luxo na transição das compras em lojas físicas para o e-commerce. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 255-285, 2025as.



BREVIÁRIO, Á. G. et al. Como a inteligência artificial pode gerar novas ameaças e também aprimorar a cibersegurança nas empresas. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 189-221, 2025at.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Software de gestão para diminuição do banco de horas em uma operadora de saúde. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 324-353, 2025au.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Inovação na educação digital: modelagem da startup aliança sápie e impacto de pós-graduação 100% ead no brasil. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 388-429, 2025av.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Panorama jurídico das infrações e crimes: uma abordagem integrada do direito civil e penal com ênfase nos procedimentos processuais e dispositivos legais. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 456-490, 2025aw.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Modelo de previsão baseado em dados históricos para antecipar admissões de pacientes em hospitais: uma proposta de intervenção. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 159-188, 2025ax.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Influência das redes sociais nas decisões de compra. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 35-64, 2025ay.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Engajamento lúdico e personalizado: explorando o uso do kahoot! Para estimular a aprendizagem e a ética no 2º ano do ensino fundamental. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 286-307, 2025az.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Synergies in bank mergers: analysis of liquidity and credit capacity in publicly capital companies. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 430-455, 2025ba.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. A influência das metodologias ágeis na transformação digital de empresas do setor de varejo. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 129-158, 2025bb.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Modelagem estatístico-financeira avançada no valuation empresarial: uma comparação entre fcd, dmm e múltiplos com suporte computacional e big data analytics. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 491-505, 2025bc.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Integração contábil e gestão de projetos em pmes: análise baseada na percepção de profissionais da área. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 94-128, 2025bd.

BREVIÁRIO, Á. G. et al. Desafios e estratégias na inovação empresarial: cultura e adaptação ao mercado. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, p. 222-254, 2025be.



BROWN, John Seely; ADLER, Richard P. Minds on Fire: Open Education, the Long Tail, and Learning 2.0. **EDUCAUSE Review**, v. 43, n. 1, p. 16-32, 2008.

BROWN, Mark. **Mobile Learning in Higher Education**: Moving Beyond the Hype. *Journal of Interactive Learning*, v. 26, n. 3, p. 211-228, 2019.

BUCKINGHAM, David. **The Media Education Manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BUNGE, Mario. **Filosofia da ciência**: do problema ao programa. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CAVALCANTE, João et al. Aprendizagem móvel na educação básica: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 3, p. 358-370, 2020.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **E-Learning Ecologies**: Principles for New Learning and Assessment. New York: Routledge, 2017.

CRESWELL, John. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: SAGE, 2014.

ERTMER, Peggy; OTTENBREIT-LEFTWICH, Anne. Teacher Technology Change: How Knowledge, Beliefs, and Culture Intersect. **Journal of Research on Technology in Education**, v. 45, n. 3, p. 255-284, 2013.

FINK, Arlene. **Conducting research literature reviews**: from the internet to paper. Thousand Oaks: SAGE, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.

GONZÁLEZ, M. et al. Tecnologias digitais e o impacto no ensino de ciências: evidências e desafios. **Educação e Tecnologia**, v. 32, n. 4, p. 459-472, 2019.

JÄRVELÄ, S. et al. Teaching and learning with mobile devices: research and applications. **Journal of Educational Technology & Society**, v. 21, n. 2, p. 16

JENKINS, Henry et al. **Confronting the Challenges of Participatory Culture**: Media Education for the 21st Century. Cambridge: MIT Press, 2009.

JENKINS, Henry et al. **Confronting the Challenges of Participatory Culture**. Cambridge: MIT Press, 2009.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2012.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2019.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2002.

PRETTO, Nelson. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da aprendizagem**. São Paulo: Papirus, 2020.

RISMARK, Else et al. Mobile Learning and Student Engagement in Higher Education. **Computers & Education**, v. 158, p. 103987, 2020.

SELYWN, Neil. **Education and Technology: Key Issues and Debates**. London: Routledge, 2011.

SIEMENS, George. **Knowing Knowledge**. Lulu Press, 2006.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.